



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 000081078-14.2013.8.17.000 (0329605-3)**

**AGRAVANTE(S): CLAUDIO AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA**

**AGRAVADO(S): ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. POLICIAL INATIVO. MATERIA PREVIDENCIÁRIA. VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS DA FAZENDA. RESOLUÇÃO 321/2011- TJPE. ARTIGO 2º DA LEI 12.153/2009. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1- Trata-se de Recurso de Agravo, interposto com amparo no § 1º do art. 557, do CPC, em face da Decisão Monocrática proferida no Agravo de instrumento que negou seguimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida que indeferiu a petição inicial por entender competente para processar e julgar o feito o Juizado da Fazenda.

2- Alega o agravante, que a competência para o processamento e julgamento da ação não é dos Juizados Fazendários em razão do disposto no artigo 2º, § 2º, inciso V, da Resolução nº 321/2011, deste Tribunal de Justiça e do entendimento de sua jurisprudência.

3- Aduz ainda que a fixação do valor da causa dependerá de posterior liquidação em razão de que o mesmo corresponde a diferença de vencimentos pagãos, variáveis mês a mês.

4- Pretende a declaração incidental de inconstitucionalidade do § 2º do artigo 171 da ECE 16/99.

5- Pleiteia a concessão de tutela antecipada sob o fundamento de que o direito discutido tem caráter alimentar e natureza previdenciária e, no mérito, o provimento com a implantação da gratificação de risco de policiamento ostensivo nos proventos do apelante e condenação em danos materiais e morais.

6- A discussão dos autos pertine à definição da competência jurisdicional para processar e julgar a ação ordinária, processo nº 0037994-60.2013.8.17.0001, cujo objeto é a incorporação da parcela remuneratória denominada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo - GPO aos proventos do apelante, ajuizada após o advento da Lei Federal nº 12.153/2009, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

7-O apelante pretende a implementação da gratificação de risco de policiamento ostensivo em seus proventos. Matéria que, na situação dos autos, tem cunho eminentemente previdenciário. Assim entende este Tribunal de Justiça: **EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.** 1. Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo. 3. Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4. Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§7º e 8º, 100, 169 e 195, §5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF.

*Rafael Machado da C. Cavalcanti*  
Desembargador

5. Aclaratórios rejeitados por unanimidade." (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifo nosso)

8- E, em se tratando de matéria de cunho previdenciário, é perfeitamente possível seu conhecimento pelo Juizado Especial da Fazenda, nos termos do art. 2º, VI, da Resolução nº 321/2011, do Egrégio TJPE.

9- Quanto a alegação de que não há como de logo se saber qual o real conteúdo econômico da demanda, ou seja, se o valor a ser apurado na causa será inferior a 60 (sessenta) salários mínimos (patamar este de valor da causa que atrairia a competência dos Juizados da Fazenda Pública), entendo que não se pode deixar de considerar que, apesar de o valor da causa determinar a competência dos Juizados Especiais, também deve ser observada a competência daqueles órgãos em razão da matéria. E nesse ponto, a matéria discutida nos autos, está incluída na competência dos Juizados da Fazenda Pública pelo disposto no inciso VI, do art. 2º da Resolução nº 321/2011 do TJPE.

10- Impõe considerar ainda, que nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº 12.153/2009<sup>1</sup> a competência dos Juizados da Fazenda Pública é absoluta. Assim, por expressa determinação do citado dispositivo de lei, ao contrário do regime adotado pela Lei Federal nº 9.099/95, na parte que trata dos Juizados Especiais Cíveis, as partes não possuem a liberdade para escolher entre os Juizados da Fazenda Pública e a Justiça Comum.

11- O apelante, em suas razões recursais, argumenta sobre a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 171 da ECE 16/99, e ao final, em seus pedidos, requer: "Declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade do § 2º, ARTIGO 171 DA EMENDA CONSTITUCIONAL 16/99" (sic). No respeitante, não deve prosperar a pretensão, haja vista não vislumbrar a existência sequer de aparente inconstitucionalidade da citada norma. A referida emenda buscou harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas na Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20 de 1998. Por outro lado, a emenda constitucional em foco foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco, e como é de rigor, contou com aprovação de 3/5 da Assembléia Legislativa. Máxime, ainda considero que a Corte Especial deste Tribunal entende nesse sentido sobre o assunto.

12- Inexiste qualquer fato novo capaz de suplantear a decisão tomada por esta Relatoria.

**13- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo.**

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0329605-3, em que figuram como agravante o CLAUDIO AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA e como agravados ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer, e **negar provimento** ao recurso, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 13 de 10 de 2014  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator

<sup>1</sup> Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos (...). § 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 000081078-14.2013.8.17.000 (0329605-3)**

**AGRAVANTE(S):** CLAUDIO AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA

**AGRAVADO(S):** ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

**RELATOR:** DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo, interposto com amparo no § 1º do art. 557, do CPC, em face da Decisão Monocrática proferida no Agravo de Instrumento que negou seguimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida que indeferiu a petição inicial por entender competente para processar e julgar o feito o Juizado da Fazenda.

Alega o agravante, que a competência para o processamento e julgamento da ação não é dos Juizados Fazendários em razão do disposto no artigo 2º, § 2º, inciso V, da Resolução nº 321/2011, deste Tribunal de Justiça e do entendimento de sua jurisprudência.

Aduz ainda que a fixação do valor da causa dependerá de posterior liquidação em razão de que o mesmo corresponde a diferença de vencimentos pagãos, variáveis mês a mês.

Pretende a declaração incidental de inconstitucionalidade do § 2º do artigo 171 da ECE 16/99.

Pleiteia a concessão de tutela antecipada sob o fundamento de que o direito discutido tem caráter alimentar e natureza previdenciária e, no mérito, o provimento com a implantação da gratificação de risco de policiamento ostensivo nos proventos do apelante e condenação em danos materiais e morais.

É o relatório.

Recife, 13 de  de 2014  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO Nº 000081078-14.2013.8.17.000 (0329605-3)**

**AGRAVANTE(S): CLAUDIO AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA**

**AGRAVADO(S): ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**VOTO**

Não assiste razão aos recorrentes, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 102/105 proferida no agravo de instrumento):

XX

Acresço ainda:

O agravante, em suas razões recursais, argumenta sobre a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 171 da ECE 16/99, e ao final, em seus pedidos, requer : "Declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade do §2º, ARTIGO 171 DA EMENDA CONSTITUCIONAL 16/99" (sic).

No respeitante, não deve prosperar a pretensão, haja vista não vislumbrar a existência sequer de aparente inconstitucionalidade da citada norma. A referida emenda buscou harmonizar a Constituição Estadual às alterações promovidas na Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20 de 1998. Por outro lado, a emenda constitucional em foco foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco, e como é de rigor, contou com aprovação de 3/5 da Assembléia Legislativa.

Máxime, ainda considero que a Corte Especial deste Tribunal entende nesse sentido sobre o assunto.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

Diante de todo exposto, e pela inexistência de qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento nº 0329605-3.

Recife, 13 de Maio de 2014  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator